



AGROECOLOGIA E MOVIMENTOS SOCIAIS: HORIZONTES POLÍTICOS E DE PESQUISA

AGROECOLOGY AND SOCIAL MOVEMENTS: POLITICAL AND RESEARCH HORIZONS

AGROECOLOGÍA Y MOVIMIENTOS SOCIALES: HORIZONTES POLÍTICOS Y DE INVESTIGACIÓN

PETER MICHAEL ROSSET¹
LUCIANA RAMOS JORDÃO²
THIAGO HENRIQUE COSTA SILVA³

Breve Biografia:

Além de Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Pesquisador Visitante no Instituto de Pesquisa Social (CUSRI) da Universidade de Chulalongkorn na Tailândia, Peter Rosset é pesquisador titular do El Colegio de la Frontera Sur (ECOSUR) em Chiapas, México. Em seus trabalhos, discute a relação entre o ser humano e a terra, considerando processos de reforma agrária, recampesinização, formas de produção agroecológica e a expansão do conhecimento entre povos camponeses, além de dinâmicas relacionadas à educação no campo e estratégias de defesa da terra e dos territórios camponeses.

O professor integrou a Secretaria Operativa Internacional da Via Campesina, acompanhando processos globais e regionais de agroecologia e sementes camponesas. Com trabalhos reconhecidos em todo o mundo, atuou na criação de escolas internacionais de agroecologia camponesa e universidades indígenas e camponesas em países como Canadá, Espanha, Moçambique, Índia, Chile, Venezuela e Brasil, entre outros.

¹ Professor e pesquisador da Universidade Estadual Paulista (UNESP), da Universidade Chulalongkorn (Tailândia) e do El Colegio de la Frontera Sur (ECOSUR – México). Doutor em Filosofia pela University of Michigan.

² Professora de Direito Agrário e Ambiental da Universidade Estadual de Goiás. Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: luciana.jordao@ueg.br.

³ Professor de Direito Público da Universidade Estadual de Goiás. Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: thiagocostasilva@ueg.br.

Como citar este artigo:

ROSSET, Peter
Michael;
JORDÃO, Luciana de
Souza Ramos;
SILVA, Thiago
Henrique Costa;
Agroecologia e
movimentos sociais:
horizontes políticos e de
pesquisa.

**Revista de Direito
Socioambiental,**

Goiás – GO, Brasil, v.2
n. 01, 2024, p. IV - XIV.

Data da submissão:
10/07/2024

Data da aprovação:
10/07/2024

1 ACADEMIA É LUGAR DE CAMPONESES E DE POVOS TRADICIONAIS

Luciana Jordão: Prezado Prof. Peter Rosset, agradecemos imensamente sua disponibilidade e gentileza em nos conceder essa breve entrevista. Entre 2006 e 2007, a Universidade Federal de Goiás abrigou a primeira turma de graduação em Direito destinada a beneficiários da reforma agrária a partir de iniciativa do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Na época, a abertura do curso sofreu duras críticas quanto à necessidade de oferta de formação acadêmica a esses dicentes, o que incluiu questionamentos sobre a necessidade e a utilidade do conhecimento jurídico para aqueles que trabalham a terra.

Nesse mesmo sentido, lembramos da sua experiência com Institutos Agroecológicos Latino-Americanos (IALA). Poderia nos falar um pouco sobre os IALA e a relação academia-movimentos sociais?

Peter Rosset: Eu acho que são poucos os países onde os movimentos sociais têm conquistado essa possibilidade de fazer cursos em parceria com universidades formais. Brasil e uns dois, três países mais. Na Nicarágua, a Associação de Trabalhadores do Campo, membro da Via Campesina, também fez em Direito, e acho que formaram 35 (trinta e cinco) advogados populares. Mas é o único caso fora do Brasil que eu conheço dos movimentos na área de Direito. Existem alguns outros cursos, mas muito poucos. Só no caso do Brasil, com a conquista do PRONERA e educação do campo, que eu tenho visto mais disso.

Por isso que a Via Campesina decidiu, mais ou menos, em 2003, 2004, iniciar o processo da construção de universidades camponesas, indígenas e afrodescendentes, que são os IALA (Instituto Agroecológico Latino-Americano). Eles são, não 100%, mas, geralmente, de educação superior. Uns têm curso de graduação, outros só têm de técnico-superior. E sempre são uma mistura de agroecologia com formação mais política, organizativa, dirigidos para filhos e filhas dos membros das organizações do campo dos diferentes países.

Agora, temos onze IALA: dois no Brasil - a Escola Latino-Americana de Agroecologia, no Paraná, e o IALA Amazonas, em Marabá; temos o IALA Guarani para os países da região Guarani - os IALA são internacionais, então, a maioria recebe estudantes de vários países -; o IALA Guarani, no Paraguai; o IALA das Mulheres, no Chile; o IALA Ixim Ulew, que é Terra do Milho da Centro-América, com sede na

Nicarágua; o IALA María Cano, na Colômbia; o IALA Mamá Tingó, na República Dominicana; o IALA México, que estamos no processo de construção e não sei se estou esquecendo outro, mas mais ou menos por aí.

A ideia é poder fazer uma formação um pouco mais autônoma das matrizes curriculares das universidades formais, por toda a crítica que sempre têm feito os povos do campo, que, primeiramente, tem pouco acesso. São poucos filhos de camponeses que conseguem uma vaga na universidade pública convencional. E, se conseguem, ainda menos voltam depois para a comunidade no campo. A maioria tem como primeiro passo nunca voltar mais para o campo, porque tudo o que se ensina ali não tem muita utilidade para a vida na comunidade. Então, vão para a vida urbana. São perdas para os movimentos sociais do campo. E as pessoas passam até vergonha de serem camponeses, de serem indígenas, de ser de um quilombo. Então, constroem toda uma nova identidade para ocultar suas origens no campo, para sobreviver na cidade, em outra vida, e vão mudando, e geralmente, não voltam mais. A ideia é ensinar o orgulho de ser do campo, de ser camponês, de ser indígena, de ser quilombola. O desejo de voltar para apoiar os processos no campo é dirigido ao fortalecimento das organizações, porque a ideia é formar os futuros quadros e líderes dos movimentos sociais do campo com a mistura de formação técnica e formação ideológica, política, organizativa para a luta.

Os primeiros dois IALA foram o IALA Paulo Freire, na Venezuela, e a Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), no Paraná, produto de uma reunião entre a Via Campesina, o MST, e Hugo Chávez, no segundo Fórum Social Mundial em Tapes (Rio Grande do Sul). Ele chegou a um assentamento do MST, em Tapes, antes de chegar a Porto Alegre para o Fórum Social. E ali foi assinado um acordo, que também contou com o governador de Paraná na época, para a criação dos dois primeiros IALA.

Depois, passamos muita dificuldade. Eu participei em todo o processo do IALA Paulo Freire, e acompanhei à distância o processo da ELAA. E lembro que um presidente e um governador assinaram os acordos. Não foi nada fácil fazer com que suas administrações e funcionários cumprissem com o que havia sido acordado. Foi uma grande luta, mas podemos dizer que, hoje, a maioria dos primeiros egressos da IALA Paulo Freire e da ELAA são, agora, pessoas jogando papéis-chaves em suas organizações de origem no Brasil e nos outros países da América Latina.

E com os mais novos IALA, quase todos têm também em suas coordenações político-pedagógicas, pessoas que estudaram nos primeiros IALA. Tem sido um investimento muito forte da Via Campesina, mas também temos nossa coleta, que é muito

importante. Mas tem sido muito mais difícil do que imaginávamos, porque há muitos obstáculos, muitas barreiras.

Por exemplo, a juventude quer ter título reconhecido. Isso significa que essas universidades não poderiam ser 100% autônomas. Tem que haver algum tipo de convênio com alguma universidade reconhecida que vá fazer a outorga dos títulos de graduação. E isso significa se submeter à matriz curricular, negociar, lutar, porque nossa ideia é uma matriz pedagógica epistêmica totalmente diferente. É muito difícil, até com professores, amigos das universidades, negociar. É mais difícil ainda com as reitorias, as pró-reitorias, decanos...

E também há o problema do orçamento. Às vezes, conseguimos algum dinheiro público em algum país ou outro, mas tem sido uma luta muito grande atrás da cooperação internacional, de processos de autonomia financeira, produção agropecuária na universidade...

Os IALA tem sido, em alguns países, demonizados na mídia de direita, como acampamentos ou escolas de formação de guerrilheiros, de comunistas. São invadidos pela polícia militar de vários países. Tem sido uma luta, mas isso significa também que as pessoas, os educandos e educandas têm uma boa formação, porque as pessoas fortes se formam em baixa pressão e na própria luta.

2 A REALIDADE BRASILEIRA EM ANÁLISE

Thiago Silva: Os sistemas de violência se repetem, algumas simbólicas, outras físicas, como o confronto imediato com as forças militares dos países. O que se vê é um processo de deslegitimação do movimento camponês, ou daquilo que vá contra o modelo predominante de produção agrícola. No Brasil, não é diferente, porque se nota o movimento de descampesinação, a deslegitimação da luta e a desconfiguração da relação do homem com o campo.

O Brasil passou por um cenário de desestrutura sistêmica que, aos poucos, é modificado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Mas, especialmente entre 2019 e 2022, tivemos desarticulação das organizações políticas e órgãos públicos que tinham um diálogo com os camponeses, com agricultores familiares e povos tradicionais, sendo desmantelados ou até mesmo desacreditados dentro do próprio governo.

Como o senhor percebe, estando em vários lugares e pensando a dinâmica global da produção na terra e da relação homem-terra, esse movimento de deslegitimação dos movimentos sociais, dos povos tradicionais e da agroecologia no Brasil?

Peter Rosset: Eu não questiono o fato de ser realmente terrível ou horrível os governos fascistas de Temer e de Bolsonaro. Mas eu questiono a narrativa de que todos os problemas começaram com os governos fascistas, porque eu me lembro muito bem dos movimentos da Via Campesina-Brasil fazendo muitos protestos contra o primeiro governo Lula e o segundo governo Lula, mais ainda contra o governo Dilma. E, quando você vê as tendências em gráficos, de número de famílias assentadas, de compras pelo Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), percebe que todo o dissenso começou com Dilma, ou até com o segundo mandato de Lula. A queda se acelerou com os governos fascistas. Temos que questionar.

Eu, que trabalho em muitos países, 20 anos atrás, estava com muita ilusão dos governos progressistas na América Latina, da “Marea Rosa”. Mas, honestamente, eu, agora, quase questiono mais do que me iludo.

O governo Lula anunciou o Plano Safra, o maior orçamento da história do Brasil para o agronegócio. E o orçamento para a agricultura familiar é só 6,2% do orçamento para o agronegócio.

Eu acredito que com amigos assim não precisa ter inimigos. É suficiente, porque realmente...

E não estou tentando dizer que isso só se passa no Brasil, porque se passa com todos os governos que conhecemos como governos progressistas.

O governo no México é até pior: tem políticas neoliberais para o campo com um discurso de centro-esquerda. Então, são como neoliberais-sociais ou populistas-neoliberais-sociais. Não sei qual é a terminologia, mas temos que questionar. Todos os programas do MDA e de outras agências ainda estão trabalhando com os orçamentos de Bolsonaro. O governo não tem mudado nenhum ponto. Eu sei que é muito difícil, que não tenha maioria parlamentar, etc.

Mas eu também lembro como foram antes dos governos de direita: que a primeira reforma trabalhista neoliberal no Brasil foi no primeiro mandato de Lula. Lembro do debate sobre o Plano Nacional de Agroecologia, que é o movimento agroecológico do Brasil lutando contra as tendências do governo de colocar uma agroecologia só comercial

para o agronegócio pintado de verde. Então, eu vou a uma crítica mais geral do Estado: o Estado como uma espécie de capataz para o capital nacional e internacional.

Eu acompanho muito o movimento zapatista no México, porque eu moro no Estado de Chiapas, onde está o movimento zapatista. E eles falam que o mundo é uma fazenda. E essa fazenda grande tem várias sub-fazendas: a Fazenda Brasil, a Fazenda México, a Fazenda Honduras. Mas todos têm o mesmo patrão, que é o capital. E pela conjuntura, em diferentes sub-fazendas, às vezes, é preciso ter um bom capataz e, às vezes, é preciso ter um mau capataz. Quando há muitos problemas com a mão-de-obra, é preciso de um capataz que não se importe com o trabalhador. Mas, às vezes, para controlar o sindicalismo do trabalhador, você precisa de um mandato de um bom capataz. Depende da estratégia que exige a conjuntura. Temos bons capatazes, maus capatazes, mas o patrão é o mesmo. É o mesmo. E a maioria da renda vai para o patrão, não vai para o trabalhador. Nem com um bom capataz, a renda vai para o trabalhador. Não muda a estrutura do negócio. Não muda. Só se administra de outra maneira: com transferência de dinheiro a cartãozinho de plástico ou sem transferência de dinheiro. E até agora, a direita também faz transferência de dinheiro. Então, cada vez é menor a diferença e ruim é para os povos do campo.

Mesmo no México, mesmo no Chile, com Boric, que tem militarizado mais a região Mapuche que durante os governos de Pinheiro da extrema-direita. Ou seja, é cada vez mais difícil. Eu me lembro do nosso presidente AMLO⁴, no México, que muitas pessoas dos movimentos sociais no Brasil acreditam que é o salvador das esquerdas na América Latina. Mas cada vez que Bolsonaro fez um recorte do orçamento, AMLO, como chamamos no México, fazia o mesmo recorte e a mesma reprimarização da economia, a mesma austeridade neoliberal... Ou seja, é cada vez menor a diferença. Por isso, acredito que a estratégia dos movimentos sociais no campo não pode se esquecer de lutar no cenário político dos países.

Obviamente, é muito pior um governo fascista. Mas você não pode se deixar iludir de novo com os partidos políticos que se vendem como progressistas. Você tem que construir uma autonomia nos territórios, construir os processos próprios para ter força nos territórios.

E a força é importante se você vai ter governo de direita, que vai atacar até com polícia e exército. Ou mesmo com um governo progressista, porque é necessária para se acessar algum programa público ou orçamento. Os movimentos fracos não recebem nada.

⁴ Andrés Manuel López Obrador.

Acredito que temos que repensar nossa relação com o Estado, seja o governo de turno que seja, e nos concentrar mais na construção dos próprios processos nos nossos territórios. Nesse sentido, eu vejo muito mais dificuldade no Brasil. Trabalho em muitos países, mas vejo muito mais enraizada nos movimentos do Brasil a dependência do Estado: a crença de que você não pode fazer nada sem orçamento, sem crédito.

Eu mais ou menos compreendo que é uma reação histórica: uma história em que o Estado não dava nada para o campo. E, agora que dá algo, as pessoas estão muito iludidas de que o Estado vai dar mais e que poderão construir processos baseados nessa ideia. Mas, nos outros países, as pessoas têm mais questionamentos a respeito do Estado e são mais convencidas de que o dinheiro público pode ser um extra, mas não pode ser a base de uma construção própria.

Luciana Jordão: Professor, é muito interessante que o senhor tenha tocado nesse cenário do “agronegócio pintado de verde”, porque, no Brasil, existe, por parte da classe média urbana, principalmente, um apoio ao agronegócio, fundado em latifúndios e exportação de *commodities*, como se fosse aquele que, de fato, põe a comida na mesa dos brasileiros. Boa parte da classe média hipotecou seu apoio às medidas que favoreceram prioritariamente a produção monocultora, pautada em alto uso de insumos externos e na liberação indiscriminada de agrotóxicos, em nome de suposto favorecimento do setor agropecuário.

Como trabalhar a visibilidade da produção da agricultura camponesa dentro dessa perspectiva em que o agronegócio se vestiu da roupagem que era própria do campesinato e da agroecologia e se colocou como o grande abastecedor da mesa do trabalhador brasileiro? O senhor acredita que essa classe média urbana pode, em algum momento, compreender o camponês como aliado? E qual seria o papel dos Institutos Agroecológicos e das Escolas de Agroecologia na superação do distanciamento entre a classe média urbana e as populações camponesas?

Peter Rosset: Para formar as pessoas para a condução de processos agroecológicos, precisamos dos IALA ou dos cursos alternativos minimamente em parceria com os movimentos sociais. No Brasil, há uma explosão no número de cursos técnicos em agroecologia. Eu, por exemplo, tenho um estudante, um doutorando aqui da Universidade Estadual do Ceará (UECE), que está estudando seis cursos técnicos de universidades públicas do Brasil na área de agroecologia. É uma formação puramente técnica, para formar técnicos para o agronegócio verde. Não estão formando ninguém para a agricultura

camponesa, para a agricultura familiar. Nós, movimentos sociais, não podemos depender das universidades públicas, que só vão formar para o agronegócio.

E, como você fala, o agronegócio já tem se apropriado do discurso verde e já entende que o segmento orgânico é o segmento que mais rápido cresce. Então, estão formando para isso.

Também tenho forte preocupação com a classe média. Por exemplo, os padrões de votação no Brasil não são muito alentadores quanto à potencialidade da classe média como a classe aliada do campesinato, dos pobres. E mais, eu conheço pessoalmente pessoas bolsonaristas que comprem comida orgânica e pão integral e gostariam, se tivessem dinheiro, de abrir um restaurante, uma loja alternativa, verde. Esse discurso verde não é mais próprio dos movimentos populares. Tem sido apropriado pela direita. E, então, temos que pensar bem.

Eu, pessoalmente, acredito que é mais importante, mas não tem sido feito ainda, construir uma aliança entre o campesinato agroecológico e o segmento popular urbano, porque, numericamente, como base eleitoral, como número de pessoas, é muito, muito maior que a classe média. E tem relações, tem laços familiares com o campesinato. A grande maioria das pessoas que moram na periferia urbana ou são camponeses e camponesas ou filhos de camponeses e camponesas ou netos ou, no máximo, bisnetos. E, das pessoas que eu conheço no Brasil, do segmento popular, a grande maioria ainda tem família nas comunidades do interior dos estados: vão, visitam, vão e vêm, recebem visitas de seus familiares camponeses.

Ainda que a periferia urbana tenha sido mobilizada com o discurso da direita sobre a segurança, pelas igrejas evangélicas e o catolicismo carismático, ainda acredito que tem mais potencialidade de, no futuro, ser aliada política do campesinato. Então, por exemplo, isso faz que eu fique preocupado quando vejo meus companheiros e companheiras dos movimentos camponeses do Brasil com as feiras agroecológicas só nos bairros de classe média, porque eu acredito que a classe média fica feliz comprando esse produto, mas não vota diferente. Ainda são bolsonaristas com ou sem a compra na feira da agricultura familiar. Acredito que há mais possibilidade de um diálogo com a periferia urbana, que também são evangélicos. Muitos votaram pela direita pelo tema da segurança, mas tem mais realidade partilhada com o campesinato: tem muitos parentes que são quilombolas, que são camponeses. Eu acredito que há uma potencialidade e pode ser trabalhada como um trabalho de base, um trabalho político muito maior, que não vai ser possível se só atentemos ao mercado, digamos, da classe média.

Eu vou para a feira da agricultura familiar e estão, numa grande maioria, nos bairros de classe média. Tem intelectuais como público: professores universitários, que são uma muito pequena minoria da população. E a parte que entrega para os intermediários termina no supermercado, onde é a classe média bolsonarista que está consumindo o produto.

Então, é como divorciar a estratégia de comercialização de uma estratégia política. Eu acho que temos que repensar como movimentos do campo qual é a relação entre a comercialização e uma estratégia política para mudar o país.

3 RUMOS A SEGUIR

Thiago Silva: Professor, muito obrigado. Eu penso que podemos caminhar para uma última pergunta, com o fim de entender o papel da academia neste processo. A maior parte dos pesquisadores tem apontado essa dificuldade de se comunicar com a sociedade. A academia precisa sair dos seus castelos e se comunicar com a população. Os segmentos religiosos, por exemplo, fizeram isso muito bem através da mídia, dos espaços públicos e ocupação de espaços de poder e fala, alcançando esses sujeitos. Ao seu turno, a academia tem se encastelado cada vez mais.

Então, na sua percepção, sobre a pauta da agricultura de base camponesa, da agroecologia, quais são as lacunas de pesquisa? Como as pesquisas deverias ser construída, professor, para ser uma espécie de pesquisa-ação, pesquisa-movimento, que, ao mesmo tempo, enxerga e visibiliza as pautas sociais, mas também é visibilizada pela sociedade?

Peter Rosset: Eu acredito que, sim, temos esse problema da distância entre a pesquisa, a academia e a realidade, e mais ainda quando falamos do campo, das populações do campo.

Por exemplo, só para falamos da agroecologia, muitas das pesquisas que ocorrem nas universidades está ainda partindo do pressuposto de que temos alguns que sabem que são os experts, os acadêmicos, os cientistas e, outros que não sabem, que são os camponeses, os indígenas e os quilombolas.

É como uma espécie de messianismo. Nós temos que desenvolver a tecnologia para ensinar o que Paulo Freire chamava de educação bancária, que a cabeça do camponês é uma conta bancária vazia e o pesquisador tem que chegar com moedas do conhecimento.

É uma pesquisa ainda muito separada do dia-a-dia do campesinato. Eu promovo outro estilo que são os processos de camponês-a-camponês, ou como chamam aqui no

MST-Ceará, de camponesas e camponeses para camponesas e camponeses. São as próprias pessoas do movimento social, da organização camponesa, junto com as famílias de base que fazem a pesquisa da sua realidade. Quais são os problemas produtivos na realidade de praga, de solo, de água, de forrageiros? E quais são os conhecimentos que já existem dentro da população, ainda que sejam conhecimentos atomizados, fragmentados, dispersos, mas que indicam práticas alternativas que já funcionam, já funcionam em nossa realidade, nosso bioma, nossas condições de água, de solo, de biodiversidade? Porque, quando você introduz uma tecnologia exógena, da universidade, do centro de pesquisa, há alta probabilidade de não funcionar na realidade local. E eu acredito que 99% das tecnologias desenvolvidas fora nunca funcionaram em uma realidade só local.

Uma inovação camponesa ou uma prática ancestral camponesa, que está sendo utilizada com sucesso por uma família camponesa indígena, quilombola, já está provada que funciona sob as condições reais dessa localidade. Então, há muito mais possibilidade de que, com o processo de socialização horizontal, possa ser multiplicada com sucesso nas condições produtivas locais. E é o empoderamento, a revalorização do conhecimento local.

O que ocorre com a assistência técnica? Qual é a mensagem implícita, oculta? A mensagem é que vocês, os camponeses, não sabem nada, o conhecimento de vocês não serve. Atualize-se, modernize-se e escute o engenheiro formal da universidade que é o dono da verdade, e que vai ensinar vocês a fazer agricultura. Então, é a realidade, é a mensagem de fazer que as próprias pessoas desvalorizem seus próprios conhecimentos. E, dar continuidade ao culto dos expertos. Os expertos são os que sabem e os camponeses são as pessoas que não sabem.

É dobrar, inverter a lógica. As soluções muito provavelmente existem na própria realidade, e é preciso procurar quem tem a solução e socializar. E, nós, pesquisadores, podemos facilitar, apoiar, contribuir. Se continuamos com os processos da pesquisa separada da realidade, continuamos alimentando essa ideia da superioridade de um tipo de conhecimento acima de outro tipo de conhecimento que, finalmente, para mim, é um obstáculo para a massificação e a territorialização da agroecologia camponesa.

Luciana Jordão e Thiago Silva: Professor Peter, agradecemos mais uma vez a sua disponibilidade para conceder esta entrevista. Esperamos encontra-lo em outras oportunidades e dialogar mais sobre a agroecologia e as estratégias político-sociais para repensar as práticas produtivas e de ocupação da terra no Brasil e no mundo.

REFERÊNCIAS

BERNAL, David, et al. Campesino a Campesino (peasant to peasant) processes versus conventional extension: a comparative model to examine agroecological scaling. **Agroecology and Sustainable Food Systems**. [S. l.], v. 47, n. 4, p. 520-547, 2023.

HUET MACZ, Chahim; ROSSET, Peter; MIRANDA JUÁREZ, Saraí; ÁVILA ROMERO, León Enrique. Recampesinización de jóvenes indígenas como estrategia de defensa del territorio en Chiapas. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, [S. l.], v. 8, p. e14870, 2023. DOI: 10.20873/uft.rbec.e14870. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/14870>. Acesso em: 4 mar. 2024.

LEFF, Enrique. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**. [S. l.], v. 3, n. 1, p. 36-51, 2002.

LÓPEZ VALENTÍN, Rosa; ROSSET, Peter; PINHEIRO BARBOSA, Lia; LOBO CASTRO, Carla Andreia. Por um modelo pedagógico para uma educação agroecológica em perspectiva camponesa e indígena: avanços, tensões e desafios no Brasil e no México. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. esp2, p. 1215–1230, 2021. DOI: 10.21723/riaee.v16iesp2.15122. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15122>. Acesso em: 4 mar. 2024.

MARTÍNEZ-TORRES, María Elena; ROSSET, Peter. *La Vía Campesina: the birth and evolution of a transnational social movement*. **Journal of Peasant Studies**, Londres, n. 37(1), p. 149-175, 22 jan. 2010. Disponível em: < <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/03066150903498804> >. Acesso em: 24 out. 2011.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: quantos ancoradouros. In: **Geografia Agrária: teoria e poder**, v. 1, p. 211-270, 2007.

ROSSET, Peter Michael, et. al. The Campesino-to-Campesino agroecology movement of ANAP in Cuba: social process methodology in the construction of sustainable peasant agriculture and food sovereignty. **The Journal of Peasant Studies**. [S. l.], v. 38, n. 1, p. 161-191, jan. 2011.

ROSSET, Peter. *Food Sovereignty and the Contemporary Food Crisis*. **Development**, Reino Unido, n. 51(4), dez. 2008. Disponível em: <<http://www.acciontierra.org/IMG/pdf/RossetDEVfoodcrisis.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2011.

ROSSET, Peter. *Food Sovereignty in Latin America: Confronting the 'New' Crisis*. **NACLA Report On The Americas**. Nova York, maio-jun. 2009. Disponível em: < <http://www.acaoterra.org/IMG/pdf/Food-Sovereignty-in-Latin-America.pdf> >. Acesso em: 24 out. 2011.

Direitos autorais 2023 - Direito Socioambiental – ReDis (UEG)

Editores responsáveis: Thiago Henrique Costa Silva e Luciana Ramos Jordão.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).